



1 **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELO**  
2 **HORIZONTE, REALIZADA NO DIA 05 DE JULHO DE 2007, NO AUDITÓRIO DA SMSA,**  
3 **AV: AFONSO PENA, 2336, 14º ANDAR.**

4 Aos cinco dias do mês de julho de dois mil e sete, foi realizada a reunião ordinária do Conselho  
5 Municipal de Saúde de Belo Horizonte, iniciada às 14h35, pelo presidente Robson Itamar, que falou  
6 sobre a luta na busca da fiscalização das políticas públicas de saúde. Disse que a formação do nosso  
7 Estado é autoritária e que existe manipulação. Disse que apesar dos problemas enfrentados o  
8 CMSBH segue como um exemplo para os demais conselhos. O Robson agradeceu a presença da  
9 Promotora Josely Ramos Pontes, pela presença e participação nas discussões do Conselho. O  
10 conselheiro Evaristo Garcia tomou questionou se esta reunião seria encaminhada enquanto  
11 audiência pública, em função do tempo que ela poderia durar. O presidente Robson esclareceu que a  
12 idéia inicial era que a promotora Josely fizesse sua explanação e em seguida o plenário faria suas  
13 intervenções. A Josely Ramos disse que encaminhou um ofício ao CMSBH, solicitando esta  
14 reunião. Disse achar estranho o fato de que alguns conselheiros presentes a esta reunião dizerem  
15 que hoje a plenária estava cheia e que esta era mais uma das questões para que o Ministério Público  
16 solicitasse esta discussão. Expôs que na pauta solicitada pelo Ministério, a discussão seria sobre a  
17 representação dos segmentos no CMSBH e aos recursos destinados ao pagamento de diárias de  
18 viagem. Disse nunca ter visto a plenária do Conselho tão vazia, que os conselheiros devem sim  
19 participar mais de várias maneiras e solicitou a lista da atual composição do CMSBH. A promotora  
20 falou também que se deve impor limites e uma mudança no atual jogo de poder, que não há nada  
21 contra conselheiros se candidatarem a cargos públicos, mas para tanto são necessários os limites.  
22 Disse que as pessoas estão usando o CMSBH para viabilizar projetos pessoais e que as ações do  
23 Conselho estão deixando-a preocupada. Para ela esta instância de controle social mal encaminha os  
24 casos de usuários. Mencionou o convite feito ao Conselho pela Promotoria de realizar uma visita ao  
25 Hospital Universitário São José, e que ela pessoalmente debateu as questões encontradas tanto com  
26 gestores e trabalhadores, quanto com usuários, e que se sentiu indignada com os representantes do  
27 CMSBH, que naquele momento não tomaram nenhuma iniciativa sobre a situação. Disse estar  
28 preocupada, pois na Promotoria o único que possui voz é o usuário, pois o serviço é voltado para  
29 ele, o que não está ocorrendo com o CMS de acordo com sua visão, onde há uma predominância de  
30 gestores e trabalhadores em detrimento as questões dos usuários. Ela disse que já foi parceira do  
31 CMSBH quando este de fato fiscalizava e desempenhava seu papel. Disse que sua percepção do que  
32 é um conselho de saúde é bem diferente da que tem do CMSBH. A promotora falou ainda da IX  
33 conferência, que também estava esvaziada. Quanto às viagens de conselheiros mencionou o fato de  
34 trabalhadores sentarem-se na cadeira de usuários, moradores de outros municípios que participam  
35 de conselhos locais e disse que a resolução determina de modo muito claro: gestor é gestor,  
36 trabalhador é trabalhador, e usuário é usuário. Afirmou que se o trabalhador escolheu este  
37 segmento, tem que suportar a luta e o salário. Quanto aos critérios utilizados para viagens, as  
38 reclamações que chegam ao MP serão encaminhadas à mesa do CMSBH para entendimento de seus  
39 componentes e cientificar-se de possíveis críticas. Josely Ramos acrescentou ainda que nunca  
40 recebeu do conselho um informe de fiscalização, cujas ações deveriam ser de fiscalização constante.  
41 Comentou que esteve em Diamantina e informou que no interior os conselhos são compostos de  
42 trabalhadores devido ao fato da maioria dos usuários serem analfabetos e questionou se esta  
43 condição impede uma pessoa de exercer o controle social. Falou que é fato, inclusive em outros  
44 conselhos, o fato de um segmento ocupar vagas de outro, de forma imprópria e indevida,  
45 fragilizando o controle social e que só haverá mudanças neste sentido, quando as pessoas se  
46 responsabilizarem por estas mudanças. O presidente do CMSBH, Robson Itamar disse que  
47 concordar com algumas colocações da promotora, mas que houveram certas falas que criminalizam  
48 o trabalhador. Disse que esteve recentemente fiscalizando o hospital Santa Casa de Belo Horizonte  
49 e que durante a visita não esteve presente nenhum conselheiro usuário e que o CMSBH não deveria  
50 ter essa injeção de governo nos conselheiros, como conselheiros ligados a gabinetes de vereador etc.  
51 Para a promotora as comissões locais de saúde encontram dificuldades em sua montagem, e que só  
52 são montadas se as gerências quiserem. O presidente Robson disse que entre os motivos do atual

53 esvaziamento da participação no Conselho, está inclusive o fato de que nas suas ações, até para  
54 homologar resoluções, tem que passar pelo gabinete do Secretário. Falou da divisão do CMSBH em  
55 grupos e da grande briga ocorrida na 9ª Conferencia Municipal de Saúde se deve ao fato da  
56 implantação das farmácias distritais. Segundo ele pode ocorrer uma possível crise nas cirurgias  
57 eletivas e na assistência básica, além de que o governo está ciente das crises que estão ocorrendo.  
58 Robson acrescentou que o Conselho é o reflexo de vários elementos e que houveram tentativas de  
59 pautar alguns temas, mas que alguns grupos acabam não deixando isto acontecer. Para ele a maioria  
60 dos Conselhos se quiserem podem ser deliberativos. Falou ainda que da tentativa de se estabelecer  
61 um orçamento participativo da saúde através de votação na Conferência Municipal de Saúde como  
62 forma de acelerar a construção de novas unidades e que o esvaziamento do Conselho tem causas  
63 muito mais profundas e que se for feito um levantamento, será detectada a quantidade de  
64 conselheiros que tem vínculos com gabinetes. Disse que deseja propor e provar no Ministério  
65 Público que este tipo vínculo está gerando estes problemas. Robson propôs um seminário para tratar  
66 desta questão, mas acrescentou que as pessoas criticam e muitas têm o “rabo preso”. A 2ª secretária  
67 do CMSBH, Marta Auxiliadora comentou que a atual crise do Conselho chega a atingir inclusive o  
68 trabalho da secretaria executiva, impossibilitando a boa atuação deste serviço e deve-se rever esta  
69 situação, pois houve inclusive uma baixa no quadro de funcionários, com o pedido de demissão do  
70 secretário executivo do CMSBH. Disse que o Conselho teve uma atuação melhor no início desta  
71 gestão, mas que com a mudança da mesa na plenária de usuários iniciou-se este ciclo de  
72 dificuldades que acabaram se refletindo no desrespeito geral. Para ela esta situação tem que mudar  
73 urgentemente. A conselheira Magali Rodrigues disse que foi surpreendida com uma usuária da  
74 regional Pampulha pedindo a impugnação da 9ª Conferencia Municipal de Saúde, devido aos fatos  
75 lá ocorridos. Magali informou que esta pessoa não faz parte de nenhuma comissão local e que não  
76 participou da conferência distrital da Pampulha. Segundo ela ações desta pessoa provocaram a  
77 transferência de duas gerentes de centros de saúde sem motivos comprovados e que ela não tem o  
78 respaldo da comunidade. Magali não entende qual a força que esta pessoa tem sobre a  
79 administração regional. Esta pessoa alegou que em seu documento que os temas da conferência  
80 vieram todos mastigados e mostra seu desconhecimento da forma como foram realizadas as  
81 conferencias distritais, de onde saíram após as discussões as propostas para a 9ª Conferência. Todos  
82 os conselhos têm a obrigação de fiscalizar, inclusive, a ações como esta de usuários. O conselheiro  
83 Evaristo Garcia esclareceu alguns pontos sobre a bacia hidrográfica de Belo Horizonte e sobre a  
84 negativa do secretário de políticas urbanas, Murilo Valadares em vir ao conselho de saúde para  
85 discutir o assunto. Falou ainda sobre os cinco conselhos criados em BH e que são geridos por  
86 secretarias, ao invés de serem paritários enquanto controle social. A conselheira Wânia do Carmo  
87 falou que tem vinculo com um vereador, mas que isso não quer dizer que ela se aproveita disso para  
88 se beneficiar e falou da falta de médicos. A participante Jacira falou das suas representações e  
89 envolvimento na comunidade, além de sua luta para a melhoria do SUS. Questionou porque os  
90 agentes de zoonoses trabalham tanto e não tem carteira assinada. O conselheiro Djalma relatou fato  
91 ocorrido com ele, que é morador de rua, em função de uma ameaça de morte da qual foi vítima, o  
92 que tem restringido sua liberdade e dificultado sua participação ativa no CMSBH e suas reuniões,  
93 justificando assim sua ausência. O participante Paulo Venâncio falou que realmente deve haver  
94 uma avaliação do controle social e que a realização de um seminário seria importante. Disse que no  
95 Conselho, existem duas categorias distintas, a dos controladores e dos controlados. Que a discussão  
96 é maior que meramente a representatividade de cada segmento ou a atuação de um representante em  
97 segmento diferente daquele ao qual realmente pertence. Falou da resolução nº 333, do Conselho  
98 Nacional de Saúde e disse que é fácil bater no peito e falar que representa uma determinada  
99 categoria, sem que haja de fato o apoio da mesma e que uma discussão séria neste sentido tem que  
100 ser feita. Disse ainda que esta polarização é mentirosa e que representar no cartório não quer dizer  
101 que se está de fato representado. A conselheira Rosemary disse que de fato o Conselho está  
102 segmentado em grupos que exercem o poder de acordo com sua força. Existe realmente a  
103 desmotivação dos usuários em função desta situação. Afirmou que a participação de ONGs não  
104 impede o trabalho sério de pessoas que queiram fazê-los e que é possível sim, desenvolver um

105 trabalho sério nas bases. Foi dito por um representante gestor, que a atuação política sempre  
106 existirá, mas que temos que buscar avançar na participação política popular, que foi a grande  
107 conquista da constituinte de 88. É necessária a definição de regras mais claras que possam definir a  
108 atuação do CMS. O conselheiro João Batista disse que existe a necessidade de apoiar do CMS e os  
109 conselhos distritais, além dos representantes de comissões locais. A participante Julieta considerou  
110 que o mesmo nível de negociação feito com os médicos deveria ser feito com as demais classes  
111 trabalhadoras da saúde, como uma forma de se evitar paralisações e possíveis greves. Lembrou  
112 ainda a necessidade de capacitação dos profissionais auxiliares de enfermagem que têm sido  
113 esquecidos nesta questão. A participante Jocélia disse que os conselheiros do CMSBH não  
114 deveriam questionar a representatividade, quando muitos representam outros segmentos que não os  
115 seus em outros conselhos. Disse ainda que considera estranho a Mesa Municipal de Negociação do  
116 SUS não ter pautado a questão salarial recentemente. Lembrou que a questão da vacinação tem que  
117 ser encampada nas conferências estadual e nacional como forma de prevenção efetiva, para que  
118 sejam ampliadas para todas as idades quando for o caso, não se restringindo apenas a crianças e  
119 idosos. Falou de modo mais específico para a promotora Josely, sobre um hospital construído entre  
120 Barão de Cocais e Congonhas, e que até hoje não foi inaugurado, tornando-se um elefante branco,  
121 que só consumiu recursos e que poderia estar desafogando o atendimento no SUS/BH. O  
122 participante Geraldo disse que todo conselheiro deve fazer um curso de capacitação para saber  
123 exatamente o que se está discutindo nos conselhos. A conselheira Maria Amélia na sua falou sobre  
124 a necessidade de se melhorar o CMSBH e citou sua participação nas câmaras técnicas e que após a  
125 nova composição do Conselho, foi impossível permanecer na câmara técnica da qual participava,  
126 sendo que ela teve que percorrer outras câmaras uma que possibilitou sua participação. Questionou  
127 a atuação do CMSBH enquanto instância de controle social e a super lotação de todas as portas de  
128 entrada do SUS. Quanto à capacitação, disse que é necessário aprimorar os métodos de ensino. O  
129 participante Laudelício, usuário do Centro de Saúde Palmeiras falou sobre a falta de médicos na  
130 unidade. Falou sobre o enfraquecimento da representatividade em todas as instâncias, o que facilita  
131 a participação de pessoas que de fato, só querem representar a si próprias. O participante Hernane  
132 Ferreira afirmou que não há possibilidade de se avaliar a atuação dos conselhos se não houver  
133 fiscalização e que um seminário seria uma alternativa. O participante Amarildo disse que existe a  
134 necessidade de mais atuação nas bases e capacitação das comissões locais. A conselheira Anadil  
135 Ruhnu falou da construção do CMSBH durante sua história e que a forma de escolha de seus  
136 representantes evoluiu e se adequou as leis do SUS. Apontou ainda que há, dentro do Conselho,  
137 divergências quanto a questões de representatividade e apontou como exemplo a CUT. Falou sobre  
138 a desorganização do segmento usuário que não tem se mantido coeso dificultando sua atuação.  
139 Interesses diversos têm levado os usuários a decisões nem sempre acertadas. Problemas pessoais e  
140 um alto nível de intrigas, além da participação de pessoas ligadas à políticos tem dificultado as  
141 ações do CMSBH. Quanto às comissões locais ela afirma que sempre é mais tranquilo de se montar  
142 nas comunidades mais carentes. Já a capacitação, ela informa que várias já foram feitas e mesmo  
143 assim, muitos conselheiros não efetivam o que aprenderam. Falou ainda que a reclamação da  
144 usuária da Pampulha sobre a IX Conferência é completamente inconsistente. Sobre o  
145 acompanhamento dos gastos na saúde, ela considera uma tarefa difícil devido ao tipo de trabalho e à  
146 quantidade de pessoas disponíveis para tal. O participante Roberto Francisco Pereira afirmou que o  
147 debate está muito esclarecedor e franco. Segundo ele, o CMSBH é um espaço iminentemente  
148 político, trazendo em seu bojo, diversos interesses políticos. Quanto ao questionamento surgido em  
149 função da ação dos trabalhadores na 9ª conferência, ele afirmou que de fato os trabalhadores são  
150 politicamente mais coesos em suas defesas e, portanto, tem uma visão mais alinhada e objetiva  
151 sobre seus temas, o que não coibiu a participação dos usuários. O conselheiro distrital Humberto  
152 Sampaio questionou o número de representantes usuários vindos diretamente dos distritos. Quanto à  
153 atuação das câmaras técnicas, disse que elas não trazem nenhum técnico qualificado sobre os temas  
154 abordados e que de fato possam dar embasamento nas resoluções. Que as várias representações de  
155 segmentos existentes no CMSBH nunca apresentam projetos que de alguma forma melhorem a  
156 atenção a saúde de seus representados. Quanto à participação de assessores políticos nos conselhos,

157 ele como assessor político, tem uma história pessoal muito anterior à sua participação em conselhos.  
158 Que enquanto conselheiro, agiu em defesa das questões dos conselhos sem nunca ter envolvido  
159 qualquer que seja o político, na sua participação no controle social. A conselheira Fátima Regina  
160 diz que os problemas de representatividade no CMSBH são anteriores a esta mesa e que no  
161 Conselho, as mudanças têm ocorrido politicamente através da ação setorializada de grupos, que de  
162 fato existem no Conselho. A conselheira lembrou uma plenária interconselhos em que o tema era  
163 capacitação e que somente uma pessoa segundo sua lembrança, tratou diretamente do tema, sendo  
164 que os outros falaram e enfatizaram uma eleição legislativa que aconteceria pouco depois,  
165 reforçando a ação política na plenária. Afirmou também que a atual situação do CMSBH é de  
166 responsabilidade de todos os conselheiros, pois cada um teve papel ativo ou foi omissivo. Pediu que a  
167 reunião fosse um marco de mudanças para o Conselho. A conselheira Ivanil Mendes destacou que a  
168 capacitação permanente de conselheiros é fundamental e que durante a conferência municipal,  
169 muitas pessoas eram completas desconhecedoras do SUS e de sua atuação. Disse ainda que o  
170 CMSBH precisa estar constantemente informado das demandas que chegam ao Ministério Público,  
171 como forma de determinar caminhos de atuação do Conselho. Segundo ela, os trabalhadores, em  
172 sua organização, são os principais agentes a apontar as deficiências do sistema, que também  
173 atingem de modo direto os usuários, por lidarem constantemente com eles em todas as suas facetas.  
174 O conselheiro Valdir lembrou que o Conselho possui setenta e dois conselheiros, sendo que em  
175 verificação feita pouco antes de sua fala, somente vinte e seis estão constantemente presentes. O  
176 conselheiro afirmou que não há cobranças da mesa quanto à participação e presença às reuniões. O  
177 1º secretário do Conselho, Túlio Zulato Neto disse que a SMSA tem feito tentativas de discussões  
178 mais ampliadas sobre políticas de saúde, mas tem sido atropelada pelos problemas hoje  
179 apresentados. Que de fato a politicagem tem influenciado a ação de alguns dentro do Conselho, e  
180 que na reunião do próximo dia doze seria um bom momento para isso. O presidente do Conselho  
181 Robson Itamar disse que pretende encaminhar a proposta de um novo regimento interno para o  
182 CMSBH e que concorda com qualquer investigação que se fizer necessária. Reiterou que  
183 politicagem é a ação do governo que pretende retirar medicamentos dos centros de saúde. A  
184 promotora Josely disse que controle social só é efetivo quando nele existem queixas e estas são  
185 conferidas. A não integração de todos e a hostilidade entre as partes tem impedido a efetiva ação do  
186 controle social. Comentou que reclamações de trabalhadores nunca chegaram ao Ministério  
187 Público, e que isto a assusta, pois as queixas atingem diretamente o cuidado os usuários. A atuação  
188 do CMSBH da forma como está, acaba refletindo-se em outras formas de controle social. Falou de  
189 sua preocupação quanto às ONGs, pois as mesmas não passam por nenhum tipo de controle da  
190 sociedade, mesmo quando movimentam altas somas em doações diversas. Sobre as demandas da  
191 saúde que chegam ao Ministério Público, todas são acolhidas desde que comprovada a sua  
192 veracidade, visando a equidade, contando inclusive com respaldo científico, através de parcerias  
193 com universidades de Belo Horizonte. Disse ainda que a violência praticada contra as instituições é  
194 deplorável, mas a violência das instituições contra a população é secular e real. Sobre os  
195 questionamentos de ações que visem o enrijecimento das ações dos conselheiros, ela afirmou que  
196 qualquer tipo de engessamento tende a ser perigoso, pois se o viés for para posições negativas, e  
197 estando estas amparadas em um regulamento, não terão como ser contestadas e modificadas com  
198 facilidade. Diretrizes e estratégias é que devem ser definidas. Um novo regimento interno deverá ter  
199 pontos que de fato indiquem a atuação do Conselho e de conselheiros de forma mais clara. O  
200 presidente Robson disse que de fato são necessárias mudanças no regimento do CMSBH que  
201 tornem mais claras as decisões e a representatividade. Falou da necessidade de se rever a forma  
202 como os conselheiros tem se relacionado com a secretaria executiva do Conselho e que o respeito  
203 deve permear todas as relações. Indiferentemente de um reordenamento, as decisões do Conselho  
204 devem que prevalecer. Considera que a forma de negociação da SMSA com as categorias  
205 profissionais de trabalhadores é diferenciada, privilegiando determinadas classes em detrimento de  
206 outras. Lembrou que foi votada e aprovada na 9ª Conferência que as farmácias não saíssem dos  
207 centros de saúde, e que novamente foi aprovado a eleição direta para gerentes. Comentou ainda que  
208 todos os políticos se utilizam de seus feitos como forma de promoção, visando sua manutenção em



209 cargos legislativos. E porque então, a dedicação dos conselheiros não poderia ser então usada para o  
210 mesmo fim? Estiveram presentes: Anadil Benedita Ruhnau, Célia de Lélis Moreira, Claudete Liz de  
211 Almeida, Ednéia Aparecida de Souza, Fátima Regina Fonseca Lima, Gislene Gonçalves dos Reis,  
212 João Batista Cunha, Lenir Parecida Chaves, Magali Rodrigues Alves, Maria Amélia de Sousa  
213 Costa, Marta Auxiliadora Ferreira, Roberto dos Santos, Robson Itamar da Silva, Carmelita Parecida  
214 dos Santos, Sérgio Augusto de Oliveira, Cláudia Viana de Andrade, Mônica Maria F. Gonçalves,  
215 Danielle Mara Dornelas Cruz, Evaristo Garcia de Matos, Djalma Silva, Cleide Alves Siqueira,  
216 Ivanil Mendes Martins, Rosemary Baeta, Sebastião Ferreira Bastos, Túlio Zulato Neto, Valdir  
217 Matos de Lima, Wânia Regina do Carmo Soares, Wellington Rosário de Bessa, Eunice Rocha Sena,  
218 Ivanete Soares de Oliveira. Justificaram: Raimunda Nélia Morais Andrade, Romélia Rodrigues  
219 Lima, Ivani Fernandes de Mello, Geovana Fraga. Às 18h30, nada mais havendo a tratar, foi  
220 encerrada a reunião da qual foi lavrada a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo  
221 presidente e pelo secretário geral do Conselho Municipal de Saúde. Belo Horizonte, 5 de julho de  
222 2007. /lpm  
223